

Não existe acordo sobre premiê

As lideranças partidárias da Constituinte já desistiram de chegar a um acordo para a votação da emenda Manoel Moreira (PMDB-SP), que introduz a figura do Primeiro-Ministro coordenador no sistema presidencialista. A desistência ficou evidenciada ontem quando os líderes de partidos se reuniram com o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) para acertar detalhes que facilitarão as próximas votações e não discutiram a questão.

A emenda Manoel Moreira

desagrada tanto aos presidencialistas como parlamentaristas. Os primeiros não querem um sistema híbrido e os segundos já não consideram importante a figura do Primeiro-Ministro num sistema presidencialista, que teria o papel de mero coordenador dos atos do Poder Executivo. Assim, se o autor não retirar a emenda ela fatalmente será rejeitada.

Na reunião ficou acertado que o deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) vai retirar seu destaque

em separado para a votação do texto que trata da moção de censura aos ministros de Estado. O destaque pretende que a moção de censura seja aprovada por maioria simples e não de dois terços da Câmara, como pretende o texto presidencialista.

Divergências

As divergências, contudo, permanecem principalmente em relação às chamadas medidas programáticas, expedidas pelo Presidente da República em cada

sessão legislativa, após o primeiro ano de Governo. A proposta dos parlamentaristas e alguns presidencialistas é que essas medidas passem antes por uma análise do Senado Federal, onde a representação parlamentar é mais representativa — cada Estado da Federação tem três representantes — antes de ir para a apreciação do Congresso Nacional. No texto da emenda presidencialista essas medidas vão direto para o plenário do Congresso, onde a representação é desigual.



Ulysses reuniu as lideranças para acelerar as votações

Inquérito do "pianista" sem culpado

A Mesa da Constituinte encerrou ontem, em reunião, o episódio da fraude que ocorreu na votação do direito a propriedade, sem identificar o seu autor. Os membros da Mesa decidiram acatar o relatório da Comissão de Sindicância que concluiu, por duas vezes, pela falta de provas concretas para responsabilizar o parlamentar que, atuando como "pianista", votou pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), que estava ausente do plenário. Mesmo considerando o caso como encerrado, a Mesa aceitou sugestão da comissão no sentido de instalar mais câmeras de televisão no plenário para registrar as votações e evitar novas fraudes. O senador Mário Maia (PDT-AC), um dos vice-presidentes, disse que a Mesa não poderia pedir novas investigações, uma vez que a comissão, em relatório, concluiu não ter conseguido provas suficientes para incriminar qualquer constituinte.

Após o primeiro relatório da comissão, o líder do PDT, Brandão Monteiro, chegou a acusar o senador Edson Lobão (PFL-MA) pela fraude. Ele fez a denúncia depois de reconhecer a silhueta do deputado na fotografia em que aparece um parlamentar de costas na cadeira que registrou o voto do deputado Sarney Filho. Entretanto, Lobão negou que votara pelo colega.

Governadores condenam os dissidentes

Porto Alegre — Além da defesa dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, os três governadores dos estados do Sul concordaram ontem na condenação dos setores que abandonaram

o PMDB. Reuniões para a posse de Pedro Simon (RS) na presidência do Codessul (Conselho de Desenvolvimento do Sul), Pedro Ivo Campos (SC) e Alvaro Dias (PR) atribuíram a questões locais e de espaço político as últimas deserções ao partido. Alvaro Dias argumentou que, mesmo mantendo uma postura crítica, seu partido não pode esquecer que o governo e tem responsabilidade como tal. Classificou de eleitoreira a posição de deixar a sigla, criticando-a.

Os três também condenaram a possibilidade de prorrogação das eleições municipais previstas para novembro, pois, além de não serem justificativas políticas para isso — "adamento é coisa da ditadura", afirmou Simon —, lembraram que os atuais prefeitos e vereadores já têm um mandato de seis anos.

O governador catarinense confirmou que ontem de manhã preocupou-se em telefonar para o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, para desmentir os boatos de sua demissão do cargo. "O ministro garantiu que não há nada sobre a falada reforma ministerial". Contudo, Pedro Ivo acha que o presidente José Sarney procede corretamente ao incentivar a formação de um bloco suprapartidário de apoio ao seu governo e, a partir dele, realizar a reforma nos ministérios.

"Se o PMDB como um todo não dá apoio ao Presidente, é muito natural que ele busque a formação de um bloco que lhe dê apoio", justificou.

Esse foi o único ponto da entrevista conjunta que concederam que causou divergência. Tanto Simon como Alvaro Dias acham preferível que qualquer governo busque sustentação política nos partidos, mas não rejeitam qualquer iniciativa presidencial neste sentido.